

ISSN 2238-9113

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

O PROJETO “FALANDO EM FAMÍLIA” COMO VEÍCULO DE EMANCIPAÇÃO DO JURISDICIONADO

Taís Vella Cruz (tais_vella@hotmail.com)

Denival Luis De Oliveira (denival_oliveira@hotmail.com)

Zilda Mara Consalter (zilda_advocacia@hotmail.com)

Dirce Do Nascimento Pereira (dircenpereira@hotmail.com)

RESUMO – O trabalho tem por objetivo apresentar o desempenho do Projeto de Extensão “Falando em Família” em seu primeiro ano de atuação, bem como destacar uma das atividades realizadas por ele: a transmissão de informações sobre o processo judicial e os benefícios alcançados para os jurisdicionados. O projeto é uma parceria da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Faculdade Secal e Tribunal de Justiça do Paraná, através do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC/PG e há cerca de um ano realiza oficinas com jurisdicionados (partes) em ações de alimentos e divórcio que tramitam nas Varas de Família da Comarca de Ponta Grossa, com o propósito de esclarecer dúvidas quanto ao processo e preparar as partes para a audiência de conciliação. O projeto tem apresentado bons resultados, sobretudo no que diz respeito à transmissão de informações, na solução de dúvidas a respeito da demanda judicial e das vantagens da realização do acordo, conforme indicam os dados colhidos em questionário aplicado no final das oficinas. Assim, é possível concluir que a informação transmitida por meio da extensão universitária é importante instrumento para o empoderamento dos cidadãos e principalmente, para a realização de escolhas com melhores resultados para suas vidas pessoais.

PALAVRAS-CHAVE – Família. Extensão Universitária. Informação.

Introdução

O que fazer diante dos grandes conflitos de família? Qual a melhor forma de agir para resolver situações, a princípio, bastante complicadas? Como solucionar as discussões familiares que se alastram pelo judiciário, sem causar grande desgaste para as partes e para os vulneráveis envolvidos nesse conflito?

Ao pensar em questões como essas é que se surgiram as justificativas para a criação do Projeto de Extensão “Falando em Família”.

Tal projeto é fruto da parceria dos Cursos de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e Faculdade SECAL e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,

por intermédio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania –CEJUSC/PG. O projeto foi lançado no dia 15 de maio de 2015, no Dia Internacional da Família, e suas atividades tiveram início no mês de junho de 2015.

Quase após um ano da sua criação, a metodologia do projeto se estabilizou com a realização de oficinas semanais com jurisdicionados que possuem ações de divórcio e alimentos nas Varas de Família da Comarca de Ponta Grossa, realizando encontros com duração aproximada de 120 minutos, nos quais as partes, separadamente, têm a oportunidade de realizar questionamentos e tirarem dúvidas sobre as suas demandas judiciais.

As oficinas ainda têm como foco transmitir informações sobre as vantagens da conciliação e mediação, bem como das consequências e aproveitamentos de um acordo judicial, demonstrando às partes os benefícios da prática para a continuidade de suas vidas e principalmente, para os interesses dos filhos envolvidos nessas situações.

A transmissão dessas informações é feita pela equipe do projeto, formada por cerca de 40 acadêmicos e 10 professores, das duas instituições de ensino, que se revezam semanalmente em equipes formadas por 8 acadêmicos e 2 professores coordenadores. Divididos dessa forma, a equipe realiza atividades com os jurisdicionados, como o fomento da realização de perguntas, a apresentação de dinâmicas e exibição de vídeos para a reflexão. Cada integrante da equipe passou por prévia capacitação com estudos direcionados para questões de direito processual civil, de família e princípios da mediação e conciliação. (VILLAÇA, 2013; SCALQUETTE, 2014). Ao final de cada oficina, os participantes são convidados a preencher um questionário relatando suas impressões sobre a atividade.

Dessa forma, a equipe consegue analisar quais os avanços obtidos com a realização dos trabalhos para a resolução dos conflitos de cada jurisdicionado e verificar quais ações podem ser alteradas e aprimoradas. Nesse contexto, cabe destacar a importância que a transmissão da informação possui na vida de cada indivíduo que procura o Poder Judiciário. Após a solução de suas dúvidas e a exposição sobre os trâmites de um processo, as partes tornam-se mais propensas a estabelecer diálogo, o que antes não era viável, diante de uma série de fatores e, principalmente, a desinformação.

Nesse sentido, cumpre destacar que transmissão da informação é capaz de não somente modificar as situações pessoais do jurisdicionado, mas sua situação enquanto cidadão. O torna capaz de problematizar fatos e buscar por si só as soluções adequadas e pertinentes para o seu conflito, sem a necessidade de recorrer ao Estado-juiz para fazê-lo. Por meio da informação e do esclarecimento há mais chances de alcançar o pleno exercício de suas potencialidades enquanto indivíduo (ANDREUCCI; TEIXEIRA, 2011).

A informação transmitida à comunidade, por meio da extensão universitária, além de enaltecer a função social desempenhada pelas instituições de ensino superior na comunidade em que se inserem, conduz ainda ao empoderamento daqueles que mantêm contato com tais atividades, uma vez que garante o desenvolvimento da autonomia para a tomada de novas decisões e atuação no seu grupo social (PORTO; FASOLO, 2010), como se pretende demonstrar adiante.

Objetivos

Os principais objetivos do Projeto de Extensão “Falando em Família” são preparar as partes em processos de divórcio e alimentos para a audiência de conciliação buscando, com isso, o alcance de uma sentença homologatória de acordo. Para tanto, também se faz objetivos do projeto ouvir os questionamentos e relatos, sensibilizar e informar as partes sobre as questões atinentes ao seu processo, sempre demonstrando interesse pelas falas realizadas e principalmente, o respeito ao silêncio de cada jurisdicionado.

O cumprimento desses objetivos dá propósito ao trabalho, qual seja, demonstrar como a informação transmitida nas oficinas modifica a forma de pensar dos jurisdicionados em benefício de suas próprias vidas. Esse aspecto é embasado nos dados extraídos das respostas dos questionários colhidos nas oficinas durante os meses de junho a dezembro de 2015.

Referencial teórico-metodológico

Estruturou-se o presente ensaio por meio do método lógico-dedutivo, baseando-se na pesquisa documental e bibliográfica, bem como análise de questionários de avaliação das oficinas realizadas com os jurisdicionados no Projeto “Falando em Família”.

Em relação à metodologia utilizada na execução do projeto, cabe mencionar que é executado na forma de oficinas, com a participação de acadêmicos e professores, desenvolvendo dinâmicas e rodas de conversa para esclarecimento de dúvidas dos jurisdicionados. Ainda são exibidos vídeos para reflexão.

Resultados

Ao final de cada oficina foi aplicado um questionário aos jurisdicionados, a fim de que pudessem registrar suas impressões sobre as atividades realizadas e ao mesmo tempo, colher informações que permitissem delinear os resultados obtidos com o trabalho. Assim, verificou-se que ao final do período de junho a dezembro de 2015, sessenta e três (63)

jurisdicionados participaram das oficinas. Desse número, 59% possuíam um filho, 30% dois filhos, 2% 3 filhos, 5% 4 filhos e 4% 5 filhos, de modo que todos possuíam ao menos um indivíduo vulnerável envolvido na relação que discutiam.

Após a realização das oficinas, verificou-se que das audiências designadas para a tentativa de acordo, 74% resultaram na formalização de um acordo, direcionando ao fim do processo judicial. Esse percentual corresponde ao número de 39 audiências realizadas. Apenas 26% das audiências realizadas após a participação no projeto não alcançaram um acordo e tiveram que prosseguir com a instrução processual.

Dentre os resultados obtidos, cabe destacar duas perguntas constantes no questionário: a questão de nº 6, que menciona “antes de participar da oficina, tinha conhecimento dos efeitos e consequências de um processo judicial?” e nº 8: “Houve alguma mudança na sua forma de pensar após a participação na oficina (especialmente quanto ao processo)?”.

Do total de participantes das oficinas, cinquenta e seis (56) jurisdicionados responderam a essas perguntas, sendo que para a questão de número 6, trinta e sete (37) pessoas (66%) disseram desconhecer os efeitos e consequências do processo judicial. Nesse contexto, sem o conhecimento de questões como tempo estimado de duração de uma ação judicial ou sem o esclarecimento de questões básicas, atinentes ao direito de alimentos e guarda, por exemplo, muitas das questões levadas à juízo tenderiam a se complicar e a ser motivo de inúmeras discussões ao longo do processo, as quais poderiam ser evitadas se esclarecidas previamente.

Verificou-se ainda que 47 pessoas (84%) declararam terem modificado sua forma de pensar após a realização do trabalho nas oficinas, principalmente quanto às questões relacionadas ao processo. Isso indica, que ao terem contato com a informação, muitos assuntos que antes eram motivo de dúvida e discussão com a outra parte foram esclarecidos. Os efeitos dessa nova forma de pensar restam ilustrados no número de audiências com acordo formalizado, conforme já exposto acima.

Considerações Finais

Diante de todas as informações apresentadas é possível concluir que o Projeto de Extensão “Falando em Família” alcançou seus objetivos ao longo desse primeiro período de atividades. Por meio dos resultados apresentados foi possível identificar que as informações difundidas sobre a conciliação e mediação no âmbito do direito das famílias surtiram bons

resultados, ao passo que aqueles que participaram do projeto realizaram acordos na audiência de conciliação, indicando que foi possível estabelecer o diálogo e minimizar certos conflitos.

Ainda em relação à realização desses acordos, verifica-se que refletem a importância da solução de dúvidas e transmissão de informações realizadas nas oficinas. Ao permitir que a parte conheça seus direitos e ao orientá-la a exercê-los com base no diálogo consciente e respeitoso, permite-se que cada qual tire suas próprias conclusões em relação à demanda que fazem parte.

Quando isso ocorre, atinge-se certo nível de empoderamento, uma vez que a partir desse momento a decisão sobre os rumos de sua vida não estará mais centrada exclusivamente nas mãos de desconhecido, representado pelo Estado-juiz. Agora, o jurisdicionado terá condições de escolher os rumos da sua ação, optando em continuar com o tradicional andamento da demanda ou em atuar junto ao seu procurador, interagindo com a outra parte na audiência de conciliação, para assim construírem um acordo que atenda aos interesses de todos os envolvidos diretamente no conflito, minimizando os desgastes e abreviando o que poderia tornar-se uma longa batalha judicial.

Diante disso, percebe-se que a extensão universitária está intimamente ligada com o bem estar dos indivíduos da comunidade na qual se insere, haja vista que, ao implementar tal projeto, além do exercício da função social, diversos indivíduos tiveram suas vidas modificadas e beneficiadas pelas informações colhidas no projeto ao longo de quase um ano de atuação.

Tais dados somente reforçam os propósitos iniciais do projeto, bem como estimulam o aprimoramento das atividades, para que continue seu exercício, supere dificuldades e avance sobre novos desafios, em prol do bem estar de famílias e seus integrantes da comunidade onde se insere.

Referências

ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan; TEIXEIRA, Carla Noura. Informação e educação para a cidadania: forças motrizes no empoderamento da mulher e concretização da igualdade de gênero no Brasil. **Revista Direito Mackenzie**, v. 5, n. 1, p. 53-66.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTO, Bárbara Stephanie Calado; FASOLO, Thais da Silva. A informação como ferramenta para o empoderamento da população idosa. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, Curitiba, vol. 01, n. 04, p. 52-57.

SCALQUETTE, Ana Cláudia Silva. **Família e sucessões**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.